



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SUPERINTENDÊNCIA DOS DESPORTOS DO ESTADO DA BAHIA
Procuradoria Jurídica - SUDESB/DG/PROJUR

TERMO DE FOMENTO Nº 30/2023, QUE ENTRE SI CELEBRAM A SUPERINTENDÊNCIA DOS DESPORTOS DO ESTADO DA BAHIA – SUDESB E A FEDERAÇÃO BAIANA DE DESPORTOS AQUÁTICOS – FBDA.

A SUDESB - SUPERINTENDÊNCIA DOS DESPORTOS DO ESTADO DA BAHIA, autarquia criada pela Lei Delegada nº 37, de 14.03.83, modificada pelas Leis nº 4.697 de 15.07.87, nº 6.074 de 22.05.91 e nº 9.424 de 27.01.05, com sede na Rua dos Radioamadores, nº 159-357, Pituçu, Salvador/Bahia, CEP: 41.740-090, representada neste ato por seu Diretor Geral **VICENTE JOSÉ DE LIMA NETO**, nomeado pelo Decreto Simples do Governador, publicado no DOE de 27.02.2019, doravante denominada simplesmente **SUDESB** e a **FEDERAÇÃO BAIANA DE DESPORTOS AQUÁTICOS – FBDA**, CNPJ/MF nº 13.576.137/0001-30, Inscrição Municipal nº 272.766/001-71, situada na Nova Piscina Olímpica da Bahia, Avenida Mário Leal Ferreira, Engenho Velho de Brotas, Salvador/BA, CEP: 40.285-600, com Estatuto arquivado no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Comarca de Salvador/BA, Protocolo sob nº 45395, Rolo 561, Livro – A, por meio da **INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 029/2023, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 069.1486.2023.0001933-63**, neste ato representado por seu Presidente, **DIEGO ROCHA DIAS DE ALBUQUERQUE**, portador do Documento de Identidade Civil RG nº 0691091927, emitido pela SSP/BA, inscrito no CPF/MF sob o nº 009.352.405-60, doravante denominada **OSC CELEBRANTE**, formaliza o presente **TERMO DE FOMENTO**, que se regerá pela Lei Federal nº 13.019/2014, que regulamenta o regime jurídico das parcerias entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil, e pelo Decreto Estadual nº 17.091/2016, mediante as cláusulas e condições discriminadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

Constitui objeto do presente Termo de Fomento o apoio financeiro para o "**Circuito Baiano de Esportes aquáticos 2023**", a ser realizado no período de **25/05/2023** à **31/12/2023**, conforme detalhado no Plano de Trabalho, ANEXO I.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste Termo de Fomento será de **300 (trezentos) dias**, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado. A vigência da parceria poderá ser alterada mediante solicitação da Organização da Sociedade Civil, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à Administração Pública em, no mínimo, **30 (trinta) dias** antes do termo inicialmente previsto, de acordo com o Art. 55, da Lei Federal nº 13.019/2014.

CLÁUSULA TERCEIRA – REPASSE E APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Pela execução do objeto deste Termo de Fomento, a SUDESB repassará à **FEDERAÇÃO BAIANA DE DESPORTOS AQUÁTICOS – FBDA**, após a publicação deste Termo no Diário Oficial do Estado, no prazo e condições constantes deste instrumento a importância global estimada em **R\$ 565.768,00 (quinhentos e sessenta e cinco mil, setecentos e sessenta e oito reais)**, de acordo com o cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho, ANEXO I por conta dos recursos da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

Unidade Orçamentária: 21.301 - Superintendência de Desportos do Estado da Bahia - SUDESB.

Unidade Gestora: 0001 - Superintendência de Desportos do Estado da Bahia - SUDESB - Executora.

Função: 27 - Desporto e Lazer.

Subfunção: 811 - Desporto de Rendimento

Programa: 303 - Desenvolvimento Produtivo

PAOE: 5779 - Promoção de Atividade de Esporte de Alto Rendimento

Região de Planejamento: 9900 - Estado.

Natureza da Despesa: 3.3.50.41.000 - Contribuições - Entidades

Destinação de Recurso: 1.500.0.100.000000.00.00.00 - Recursos Ordinários não Vinculados do Tesouro

Valor da Despesa: R\$ 565.768,00 (quinhentos e sessenta e cinco mil, setecentos e sessenta e oito reais)

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Os recursos financeiros transferidos pelo Estado da Bahia para a execução do objeto deste Termo de Fomento serão movimentados em conta bancária específica e exclusiva na **Caixa Econômica Federal - CEF, Agência nº 1018, Operação 003, Conta nº 6170-6**, vinculada a este Termo.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, mediante termo aditivo, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à Administração Pública no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

PARÁGRAFO QUARTO

É vedada a utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no objeto da parceria a que se refere este instrumento, pagamento de despesas efetuadas anterior ou posterior ao período de vigência deste termo, bem como remunerar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

PARÁGRAFO QUINTO

Não será permitida a previsão de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar.

PARÁGRAFO SEXTO

Toda movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.

PARÁGRAFO SÉTIMO

Serão admitidos pagamentos em espécie desde que comprovada a impossibilidade física de pagamento mediante transferência bancária, que deverão estar previstos e justificados no plano de trabalho e, nas hipóteses de caso fortuito ou força maior, a OSC deverá justificar os motivos na prestação de contas, os quais serão avaliados pela administração pública.

PARÁGRAFO OITAVO

Os pagamentos em espécie estarão restritos ao limite por credor de R\$ 1.800,00 (hum mil e oitocentos reais), levando-se em conta a duração da parceria, não dispensando o registro do credor final da despesa na prestação de contas.

PARÁGRAFO NONO

Poderão ser pagas com recursos vinculados à parceria, entre outras despesas, remuneração de equipe dimensionada no plano de trabalho, diárias, custos indiretos, aquisição de equipamentos e materiais permanentes essenciais à consecução do objeto e a contratação de serviços para adequação de espaço físico, observadas as disposições do art. 46 da Lei Federal nº 13.019/2014.

PARÁGRAFO DÉCIMO

O processamento das compras e contratações pela OSC feitas com o uso de recursos financeiros provenientes de parceria deverá observar os princípios da impessoalidade, da economicidade e da eficiência, além de observar o disposto no art. 21 do Decreto Estadual nº 17.091/2016.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO

As cotações de preços deverão conter a identificação das empresas ou pessoas consultadas, com indicação de endereço, número de telefone e números de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ ou Cadastro de Pessoa Física - CPF, de modo a permitir a sua aferição pelos controles interno e externo.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO

A OSC responderá exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no Termo de Fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da OSC em relação ao referido pagamento.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO

Durante a vigência deste Termo é permitido o remanejamento de recursos de custeio constantes do Plano de Trabalho, desde que não altere o valor total da parceria destinado a custeio, devendo a OSC apresentar justificativa para as eventuais variações.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO

As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:

I - quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

II - quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da OSC em relação a obrigações estabelecidas neste Termo de Fomento;

III- quando a OSC deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo;

IV – quando a OSC deixar de apresentar prestações de contas.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO

Serão glosados valores relacionados a ações e resultados descumpridos sem justificativa suficiente, de acordo com os parâmetros abaixo:

AÇÃO CUMPRIDA - NÃO GLOSA

AÇÃO CUMPRIDA PARCIALMENTE - GLOSA O VALOR EQUIVALENTE AO ITEM DA AÇÃO NÃO CUMPRIDA.

AÇÃO DESCUMPRIDA - GLOSA 100% DO ITEM CUSTEADO

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO

É vedada a redistribuição dos recursos ou de trespasse, cessão ou transferência da execução do objeto a terceiros, ainda que para entidades congêneres, exceto pela atuação em rede, nas condições estabelecidas na legislação vigente.

CLÁUSULA QUARTA – ALTERAÇÃO DO TERMO DE FOMENTO

O presente Termo de Fomento poderá ser alterado a qualquer tempo, a critério da Administração, mediante termo aditivo, sendo vedada a alteração do objeto da parceria.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A OSC poderá solicitar a alteração da vigência da parceria mediante formalização e justificativa, a ser apresentada à administração pública em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares.

PARÁGRAFO SEGUNDO

A alteração do Termo de Fomento poderá ensejar a revisão do Plano de Trabalho para alteração de valores ou metas, mediante termo aditivo ao plano de trabalho original.

PARÁGRAFO TERCEIRO

A parceria deverá ser alterada mediante apostila, independentemente de anuência da OSC, para:

I. indicação dos créditos orçamentários;

II. alteração do nome do Gestor da Parceria e alteração da Comissão de Monitoramento e Avaliação.

PARÁGRAFO QUARTO

A alteração do Termo de Fomento pressupõe a manifestação prévia da unidade técnica da administração pública a qual se vincula a parceria mediante justificativa por escrito, apreciação jurídica da Procuradoria Jurídica e autorização do Diretor Geral da SUDESB.

PARÁGRAFO QUINTO

Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a administração pública promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente Termo de Fomento, independentemente de proposta da OSC, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA OSC CELEBRANTE

Cabe à OSC as seguintes obrigações:

I. executar satisfatória e regularmente o objeto deste Termo de Fomento;

II. prestar contas dos recursos recebidos por meio deste Termo de Fomento;

III. manter escrituração contábil regular;

IV. divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019/2014;

V. manter e movimentar os recursos na conta bancária específica observado o disposto nos arts. 51 e 53 da Lei nº 13.019/2014;

VI. devolver à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria;

VII. dar livre acesso aos agentes da administração pública, ao controle interno e ao Tribunal de Contas correspondente aos processos, aos documentos e às informações relacionadas ao Termo de Fomento, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;

VIII. responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de investimento e de custeio, inclusive as relativas à pessoal;

IX. aplicar os recursos públicos e gerir os bens públicos com observância aos princípios da legalidade, da legitimidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia, bem como zelar pela boa qualidade da execução da parceria, buscando alcançar os resultados pactuados;

X. arcar com todo e qualquer dano ou prejuízo de qualquer natureza causado à administração pública e terceiros, por sua culpa, ou em consequência de erros, imperícia própria ou de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade, bem como ressarcir o equivalente a todos os danos decorrentes de paralisação ou interrupção da parceria, exceto quando isto ocorrer por exigência da administração pública ou ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias que deverão ser comunicadas no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a sua ocorrência;

XI. manter, em boa ordem e guarda, à disposição da administração pública e dos órgãos de controle interno e externo, todos os documentos originais que comprovem as despesas realizadas no decorrer da parceria, que deverão ser emitidos em nome da OSC Celebrante, devidamente identificados com o número do Termo de Fomento durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas final, ou o prazo que dispuser legislação específica;

XII. observar medidas de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e idosos;

XIII. não é permitida a atuação em rede para execução desta parceria.

XIV. manter, durante toda a execução da parceria, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas na seleção;

XV. destacar a participação do Governo do Estado e do SUDESB em qualquer ação promocional relacionada ao Termo de Fomento, obtendo previamente o seu consentimento formal;

CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DA SUDESB

A SUDESB, além das obrigações contidas neste Termo de Fomento por determinação legal, obriga-se a:

I. realizar tempestivamente o repasse dos recursos financeiros à OSC;

II. manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até 180 (cento e oitenta) dias após o respectivo encerramento, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 10 da Lei nº 13.019/2014;

III. divulgar, em seu sítio oficial na internet, os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;

IV. prestar esclarecimentos e informações à OSC que visem orientá-la na correta execução da parceria, dirimindo as questões omissas neste instrumento assim como lhe dar ciência de qualquer alteração no presente termo;

V. prestar apoio necessário e indispensável à OSC para que seja alcançado o objeto do Termo de Fomento em toda sua extensão e no tempo devido;

VI. proceder à publicação resumida do Termo de Fomento e de seus aditamentos, no Diário Oficial do Estado, no prazo legal de até 10 (dez) dias corridos contados da data de sua assinatura, contendo, obrigatoriamente, a indicação do número de referência do chamamento público ou do ato de fundamentação legal da dispensa ou inexigibilidade, nome das partes, objeto, valor, fonte orçamentária da despesa, prazo de duração e o nome do Gestor da Parceria;

VII. designar Comissão de Monitoramento e Avaliação – CMA, por ato publicado no Diário Oficial do Estado, para monitorar e avaliar o cumprimento do Plano de Trabalho;

VIII. acompanhar e fiscalizar a execução do objeto da parceria;

IX. analisar as prestações de contas encaminhadas pela OSC;

X. providenciar a consignação das dotações destinadas a custear este Termo de Fomento no projeto de Lei Orçamentária, assim como estabelecer a sua previsão no planejamento plurianual do Estado;

CLÁUSULA SÉTIMA – ACOMPANHAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO.

Considerando a natureza do objeto da parceria, a Coordenação de Excelência Esportiva a analista técnica, MARIA DE FÁTIMA CONCEIÇÃO DE SANTANA, matrícula: 92.085.377, telefone: (71) 3198-0553 e o Gestor da Parceria será o Coordenador de Excelência Esportiva Sinval Vieira, matrícula: 69.446.277-9, telefone: (71) 3116-9121. O responsável da SUDESB, pelo acompanhamento da prestação de contas enviada pela entidade, será a Coordenadora de Contratos e Convênios, Ivanildes Machado Vilas Boas Souza, matrícula: 69.605.102-9, telefone: (71) 3116-9226.

Existindo ainda a designação de uma Comissão de Monitoramento e Avaliação da parceria, conforme Portaria nº 142/2021, modificada pela Portaria nº 054/2022.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A forma de monitoramento e avaliação estará definida no Plano de Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação elaborado pelo Gestor da Parceria, que contemplará, dentre outros elementos, o planejamento das atividades contendo as técnicas e instrumentos a serem utilizados nos trabalhos de acompanhamento, monitoramento e avaliação, com a indicação dos recursos humanos e tecnológicos que serão empregados em cada atividade ou, se for o caso, a indicação da participação de apoio técnico de terceiros, de delegação de competência ou de celebração de parcerias com órgãos ou entidades que se situem próximos ao local de aplicação dos recursos, conforme previsto no § 1º do art. 58 da Lei Federal nº 13.019/2014.

PARÁGRAFO SEGUNDO

O Gestor da Parceria emitirá relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria 10 (dez) dias úteis após a execução do objeto, que observará os requisitos dispostos em lei, e o submeterá à Comissão de Monitoramento e Avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas pela OSC.

PARÁGRAFO TERCEIRO

No ato da homologação, a Comissão de Monitoramento e Avaliação poderá gerar recomendações de melhoria da parceria com base nas informações contidas no relatório técnico de monitoramento e avaliação.

PARÁGRAFO QUARTO

O Gestor da Parceria encaminhará relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria homologado ao Diretor Geral da SUDESB e à OSC e providenciará a sua publicação no sítio eletrônico oficial ou na plataforma eletrônica, quando disponível.

CLÁUSULA OITAVA – PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas constitui-se no procedimento de análise e avaliação da execução da parceria, pelo qual seja possível verificar o cumprimento do objeto da parceria e o alcance das metas e dos resultados previstos, compreendendo duas fases: apresentação das contas, de responsabilidade da Organização da Sociedade Civil; análise e manifestação conclusiva das contas, de responsabilidade da administração pública, sem prejuízo da atuação dos órgãos de controle.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A prestação de contas apresentada pela Organização da Sociedade Civil ocorrerá de forma:

a) Final, até 90 (noventa) dias após o término da vigência deste instrumento de parceria, podendo este prazo ser prorrogado por até 30 (trinta) dias, desde que devidamente justificado pela OSC e aprovado pela administração pública.

PARÁGRAFO SEGUNDO

A prestação de contas relativa à execução do Termo de Fomento dar-se-á mediante a apresentação pela OSC do relatório de execução do objeto e do relatório de execução financeira, na forma prevista no art. 18 do Decreto Estadual nº 17.091/2016.

PARÁGRAFO TERCEIRO

O custo dos recursos alocados parcialmente na realização do objeto da parceria será determinado mediante rateio, cuja memória de cálculo deverá ser detalhada nos Relatórios de Prestação de Contas, contendo os critérios de rateio, o valor do custo total do recurso e de todas as frações rateadas, com especificação das respectivas fontes provedoras (nome, CNPJ e o número do instrumento de parceria/contrato).

PARÁGRAFO QUARTO

A apresentação dos documentos indicados no parágrafo segundo desta cláusula não obsta que a Administração Pública solicite outros documentos necessários à avaliação e ao monitoramento da execução da parceria, conforme as especificidades de seu objeto.

PARÁGRAFO QUINTO

O Gestor da Parceria emitirá parecer técnico de análise de prestação de contas da parceria, devendo considerar em sua análise os documentos previstos no Plano de Trabalho, o relatório de execução do objeto e, em caso de descumprimento de metas e resultados ou indícios de irregularidade na aplicação dos recursos, o relatório de execução financeira.

PARÁGRAFO SEXTO

Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes.

PARÁGRAFO SÉTIMO

O Gestor da Parceria considerará ainda nas análises de prestações de contas o conteúdo dos relatórios técnicos de monitoramento e avaliação, quando houver.

PARÁGRAFO OITAVO

O Gestor da Parceria emitirá parecer técnico de análise da prestação de contas, parte integrante do relatório técnico de monitoramento e avaliação, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da sua apresentação, prorrogável por igual período desde que devidamente justificado, avaliando-a como:

- a) regular, quando expressar, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
- b) regular com ressalva, quando evidenciar impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;
- c) irregular, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias: omissão no dever de prestar contas; descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho; dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico; desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

PARÁGRAFO NONO

O Diretor Geral da SUDESB, aprovará, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a prestação de contas desde que cumpridos o objeto e as metas da parceria, ressalvando a aprovação quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário.

PARÁGRAFO DÉCIMO

Nas hipóteses de prestação de contas avaliada como irregular ou de omissão de prestação de contas, o Gestor da Parceria notificará a OSC, podendo esta:

- a) sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, prorrogável, no máximo, por igual período; ou
- b) apresentar recurso, com efeito não suspensivo, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da notificação, ao Gestor da Parceria, o qual, se não reconsiderar a decisão no prazo de 15 (quinze) dias, encaminhará o recurso ao administrador público do órgão ou entidade, para decisão final no prazo de 15 (quinze) dias.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO

O saneamento da irregularidade será realizado por meio do ressarcimento ao erário dos recursos financeiros relacionados com a irregularidade, podendo a OSC solicitar ao Diretor Geral da SUDESB, autorização para que o ressarcimento seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no instrumento de parceria e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO

Persistindo a irregularidade após o decurso do prazo para o seu saneamento, o Diretor Geral da SUDESB, rejeitará a prestação de contas, instaurará o processo de tomada de contas especial e aplicará a sanção prevista no inciso II, art. 73 da Lei Federal nº 13.019/2014, cabendo ainda:

- I. vedar a transferência de novos recursos;
- II. registrar a rejeição e suas causas em sítio oficial na internet, enquanto perdurarem os motivos determinantes da rejeição.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO

A análise das prestações de contas não compromete a liberação das parcelas de recursos subsequentes, exceto nos casos a seguir, nos quais ficarão retidas até o saneamento das impropriedades:

- I. quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;
- II. quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da OSC em relação a obrigações estabelecidas no Termo de Fomento;
- III. quando a OSC deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO

A prestação de contas e todos os atos que dela decorram serão disponibilizados em sítio oficial na internet.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO

A administração pública apreciará a prestação final de contas no prazo de até 150 (cento e cinquenta) dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável, justificadamente, por igual período.

CLÁUSULA NONA – RECURSOS HUMANOS

Poderá ser paga com recursos da parceria a remuneração da equipe encarregada da execução do plano de trabalho, inclusive de pessoal próprio da OSC, durante a vigência da parceria, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

As despesas com remuneração de equipe previstas no Plano de Trabalho são proporcionais ao tempo efetivamente dedicado à parceria, assim como compatíveis com o valor de mercado e observam os acordos e convenções coletivas de trabalho e, em seu valor bruto e individual, o teto da remuneração do Poder Executivo Estadual.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Nos casos em que a remuneração for paga proporcionalmente com recursos da parceria, a OSC deverá demonstrar na prestação de contas a memória de cálculo do rateio da despesa, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de uma mesma parcela da despesa.

PARÁGRAFO TERCEIRO

O pagamento das verbas rescisórias, ainda que após o término da execução da parceria, será proporcional ao período de atuação do profissional na execução das metas previstas no Plano de Trabalho.

PARÁGRAFO QUARTO

A contratação de pessoal para execução da parceria será precedida de processo seletivo, observadas a publicidade e a impessoalidade.

PARÁGRAFO QUINTO

O pagamento de remuneração de pessoal contratado pela OSC com recursos da parceria não gera vínculo trabalhista com o Poder Público.

PARÁGRAFO SEXTO

Fica vedada à administração pública a prática de atos de ingerência direta na seleção e na contratação de pessoal pela OSC ou que direcione o recrutamento de pessoas para trabalhar ou prestar serviços na referida organização.

CLÁUSULA DÉCIMA- RESCISÃO DO TERMO DE FOMENTO

A rescisão do Termo de Fomento poderá ser efetivada:

I. por ato unilateral da Administração Pública, na hipótese de:

- a) não haver saneamento pela OSC de irregularidades na execução da parceria, após transcurso do prazo previsto para a regularização;
- b) o Estado apresentar razões de interesse público para a rescisão, de alta relevância e amplo conhecimento.

II. por ato unilateral da OSC, na hipótese de:

- a) atrasos dos repasses devidos pela administração pública, superiores a 90 (noventa) dias da data fixada para o repasse, cabendo à OSC notificar a administração, sem prejuízo da obrigatoriedade do Estado da Bahia arcar com as despesas incorridas pela OSC para execução do objeto da parceria;
- b) comprovado desequilíbrio econômico-financeiro do Termo de Fomento, que inviabilize o cumprimento das metas estabelecidas no Plano de Trabalho, sem que tenha havido a repactuação da avença.

III. por acordo entre as partes reduzido a termo, tendo em vista o interesse público.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A intenção da rescisão deverá ser formalizada no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias antes da concretização do ato rescisório.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Na hipótese de rescisão prevista no item a do inciso I, a autoridade competente da administração pública determinará a imediata instauração de tomada de contas especial e aplicará a sanção prevista no inciso II do art. 73 da Lei Federal nº 13.019/2014.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – ENCERRAMENTO DA PARCERIA

Ao final da sua vigência ou quando da sua rescisão, o Termo de Fomento será considerado extinto devendo a administração e a OSC prosseguir com as medidas necessárias ao cumprimento das obrigações de encerramento elencadas no parágrafo primeiro desta cláusula.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Quando do encerramento deste Termo de Fomento, independente dos motivos que o ocasionaram, deverá a:

À OSC:

- a) apresentar, no prazo máximo de 90 (noventa) dias de acordo com art. 69 *caput* e § 1º da Lei Federal nº 13.019/2014, a Prestação de Contas Final do período de vigência do Termo de Fomento;
- b) devolver à Administração Pública os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial.

À SUDESB:

- a) apreciar a prestação de contas final apresentada pela OSC no prazo de até 150 (cento e cinquenta) dias contados da data do seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, podendo o prazo ser prorrogado justificadamente por igual período.

PARÁGRAFO SEGUNDO

As partes deverão assinar Termo de Encerramento do Termo de Fomento que deverá conter a data efetiva de encerramento das atividades e declaração de cumprimento dos compromissos assumidos pela OSC.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – SANÇÕES

Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei Federal nº 13.019/2014 e da legislação específica, a Administração Pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à OSC as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;
- c) declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Organização da Sociedade Civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item b.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

As sanções estabelecidas nos itens b e c são de competência exclusiva de Secretário Estadual, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de aplicação da penalidade.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Prescreve em 05 (cinco) anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

PARÁGRAFO TERCEIRO

A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES GERAIS

I. A Administração Pública poderá assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade

II. Em qualquer hipótese é assegurado à OSC amplo direito de defesa, nos termos da Constituição Federal, sem que decorra direito a indenização.

III. Aplicam-se os dispositivos, no que couber, a Lei Federal nº 13.019/2014 que não foram mencionados neste instrumento.

IV. Este Termo poderá ser denunciado a qualquer tempo.

V. Fica eleito o Foro do Município de Salvador, Estado da Bahia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução da parceria, estabelecendo a obrigatoriedade da prévia tentativa de solução administrativa, com a participação de órgão encarregado de assessoramento jurídico integrante da estrutura da administração pública.

VI. E, por estarem assim plenamente de acordo, firmam o presente TERMO DE FOMENTO em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas que subscrevem depois de lido e achado conforme.

Salvador/BA, de

de 2023.

DIEGO ROCHA DIAS DE ALBUQUERQUE
Presidente Federação Baiana de Desportos Aquáticos - FBDA

VICENTE JOSÉ DE LIMA NETO
Diretor Geral Superintendência dos Desportos do Estado da Bahia - SUDESB

TESTEMUNHAS:

1) _____
(Nome e CPF Legíveis)

2) _____
(Nome e CPF Legíveis)

ANEXO VI

PLANO DE TRABALHO

A. IDENTIFICAÇÃO DA OSC:

Dados da OSC:

Nome da OSC: Federação Baiana de Desportos Aquáticos – FBDA CNPJ: 13.576.137/0001-30

Data de Criação: 03/11/2005

Endereço: Nova Piscina Olímpica da Bahia, Avenida Mário Leal Ferreira, Engenho Velho de Brotas, Salvador/BA, CEP: 40.285-600.

Telefone: (71) 3266-6010

Endereço eletrônico (e-mail): presidente@fbda.com.br

Dados do Representante Legal

Nome: Diego Rocha Dias de Albuquerque

CPF: 009.352.405-60

RG/Órgão expedidor/UF: 0691091927 SSP/BA

Endereço: Rua Minas Gerais, nº 383, Ed. Seven Residence, Pituba, CEP: 41.830-020, Salvador, Bahia.

Endereço eletrônico (e-mail): presidente@fbda.com.br

B. OBJETO DA PARCERIA

Realização do **CIRCUITO BAIANO DE ESPORTES AQUÁTICOS 2023**, vinculado ao Plano Plurianual de 2020/2023, através do:

Programa: 303 - Desenvolvimento Produtivo

Compromisso: 0003 – Promover o esporte e lazer como um vetor de desenvolvimento produtivo, considerando as vocações territoriais.

Meta: 0001 – Expandir a participação de atletas nos programas de esporte de Alto Rendimento.

C. OBJETIVO DA PARCERIA

Possibilitar a realização do **CIRCUITO BAIANO DE ESPORTES AQUÁTICOS 2023**, com a execução dos eventos de natação: Campeonato Brasileiro Interclubes Júnior a Sênior de Inverno - Troféu Dr. Tancredo Neves, Troféu FBDA e Norte/Nordeste de Clubes - Troféu Walter Júnior); eventos de polo aquático (Norte/Nordeste de Polo Aquático e Circuito Open de Polo Aquático), o maior evento de Águas Abertas/Maratonas Aquáticas do Brasil (Finais Maratonas Aquáticas/Águas Abertas -INEMA 2023) e ainda o apoio financeiro para a seleção baiana de natação para a disputa do XXXIII Troféu Dr. Milton Medeiros de Seleções, em João Pessoa/PB.

D. DESCRIÇÃO DA REALIDADE OBJETO DA PARCERIA E O NEXO COM A ATIVIDADE OU O PROJETO PROPOSTO E METAS A SEREM ATINGIDAS

Segundo pronunciamento do secretário-geral da Organização das Nações Unidas, António Guterres, no dia Internacional do Esporte para Desenvolvimento e Paz, celebrado em 6 de abril, as atividades esportivas tem papel importante na recuperação segura da pandemia da Covid-19.

"O esporte é uma das grandes buscas humanas, um modelo de trabalho em equipe, uma plataforma de excelência individual, um motor de crescimento econômico para toda a sociedade", relatou António Guterres.

Em sua 3ª edição, a realização do CIRCUITO BAIANO DE ESPORTES AQUÁTICOS 2023 traz visibilidade e mantém a Bahia na rota nacional das competições aquáticas.

Os eventos de natação e um de polo aquático serão realizados na recém-reinaugurada Piscina Olímpica da Bahia, localizada na Avenida Mario Leal - Bonocô, equipamento esportivo que desde agosto do ano passado vem sendo o principal núcleo do projeto Natação em Rede 4, que promove em suas piscinas aulas gratuitas nas modalidades natação, nado artístico e polo aquático para beneficiários de 07 a 17 anos e hidroginástica para adultos e idosos.

O Circuito Open de Polo Aquático de praia é o único oficial da Confederação Brasileira de Desportos Aquáticos (CBDA), será realizado no paradisíaco Morro de São Paulo - BA, um dos maiores e mais importantes cartões postais do estado da Bahia. O objetivo principal do evento é difundir a modalidade, explorando o cenário natural, mobilizar uma maior participação de atletas e trazer para o Estado, torneios importantes. Nas edições de 2012, 2013, 2014, 2015, 2019, 2021 e 22, a competição contou com o apoio da SUDESB, sendo considerada referência nacional de organização e difusão do esporte.

A realização da 2ª etapa (FINAIS MARATONAS AQUÁTICAS/ÁGUAS ABERTAS - INEMA

2022, que contempla as finais do CAMPEONATO BRASILEIRO INTERCLUBES, da COPA BRASIL e do CAMPEONATO BAIANO na modalidade Maratonas Aquáticas e Águas Abertas, já é tradição em Praia de Inema - Bahia que vem sendo realizado desde 2013, com exceção de 2020, que devido aos decretos relacionados a Pandemia do Covid 19 a competição foi transferida para São Paulo.

A continuação dos eventos na Bahia, evita que grandes competições desportivas sejam realizadas apenas nas regiões Sul e Sudeste do Brasil, oportunizando e incentivando os atletas baianos para o caminho até o alto rendimento e manter o estado na rota nacional das grandes competições aquáticas.

As metas a serem atingidas nesse evento:

- Manter a Bahia como referência nacional e regional na realização de competições dos desportos aquáticos.

- Entregar uma experiência organizacional de competições de alto nível clubes e público presente.

Para a realização dos eventos, serão necessários: serviços de operacionalização e encerramento do projeto.

E. DESCRIÇÃO DAS AÇÕES E DAS METAS**a. AÇÕES**

As ações necessárias para o alcance do objetivo da parceria são:

Ação 1. Executar ações de divulgação do Projeto:**Critério de Aceitação:**

Confeccionar material de divulgação e identificação do Projeto, em conformidade com o Manual de Marcas da SUDESB, quantitativo e especificação técnica, de acordo com o descritivo dos itens:

2.2.1, 2.2.2, 2.2.3 de acordo com a previsão de receitas e despesas.

Todos os materiais e serviços estarão com a marca do Governo do Estado da Bahia e da SUDESB.

Ação 2. Operacionalização do projeto**Critério de Aceitação:**

Contratar Serviços de Estrutura, passagens aéreas, hospedagem e serviços de primeiro socorros, conforme discriminados nos itens: 2.2.4, 2.2.5 e 2.2.6 de acordo com a previsão de receitas e despesas.

Ação 3. Encerramento do Projeto

Critério de Aceitação: Realizar a solenidade de premiação de acordo com o item

2.2.7 descrita na previsão de receita despesas.

b. INDICADORES, METAS E PARÂMETROS PARA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

PLANEJAMENTO DO(A)	INDICADOR	UNIDADE	MEIO VERIFICAÇÃO	DE	QUANTIDADE META (ANO I)	PARÂMETRO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
OBJETIVO DA PARCERIA	Disseminar o esporte de alto rendimento, promovendo o fortalecimento da modalidade através da realização do projeto "Circuito baiano de esportes aquáticos 2023"					Alcance das Metas: Maior ou igual a 80%
	Indicador 1: Nº de atletas participantes	Atletas	Lista de inscritos		2810	-Meta Cumprida Entre 60% a 79% - Meta cumprida parcialmente Menor ou igual a 59% - Meta descumprida
METAS	Indicador 2: Nº de eventos	Eventos	Registro fotográfico e relatório de execução		6	Alcance das Metas: Maior ou igual a 80%
						-Meta Cumprida Entre 60% a 79% - Meta cumprida parcialmente Menor ou igual a 59% - Meta descumprida

Meta1: Manter a Bahia como referência regional e nacional na realização de competições dos desportos aquáticos.

Indicador 3: Numero de eventos a nível regional e nacional

Eventos

Registro fotográfico e relatório de execução

6

Alcance das Metas:

Igual a 100% - Meta Cumprida

Menor que 100% - Meta Descumprida

Meta 2: Entregar uma experiência organizacional de eventos de alto nível para os atletas, clubes e público presente

Indicador 4: eventos organizados

Eventos

Registro fotográfico e relatório de execução

6

Alcance das Metas:

Igual a 100% - Meta Cumprida

Menor que 100% - Meta Descumprida

F. FORMA DE EXECUÇÃO DAS AÇÕES E DE CUMPRIMENTO DAS METAS

A primeira ação adotada pela FBDA para organização das provas e jogos é a contratação do coordenador que cuidará de todo o planejamento do evento e a COMUNICAÇÃO (Divulgação / Identidade), que começará com o planejamento estratégico (branding), criação das peças de comunicação para divulgação digital e impressa, layout, banners, cards, rodapés de página e templates. Após a realização do evento, todas as matérias de comunicação produzidas (fotografias, filmagens, vídeos), serão editados e postados no site e redes sociais da FBDA.

A segunda ação é a OPERACIONALIZAÇÃO, que começa dias antes com o planejamento de todas as etapas para execução dos eventos: aplicação dos materiais de comunicação, inscrição dos atletas, clubes e times, locação e aquisição de materiais e equipamentos necessários para execução das provas (sonorização, montagem da infraestrutura); contratação dos recursos humanos - Árbitros (geral, partida e auxiliares).

A terceira e última ação a ser executada, é a cerimônia de PREMIAÇÃO.

Na modalidade polo aquático serão premiados, os três melhores times, artilheiro, revelação e goleiro menos vazado. Já nas Maratonas Aquáticas/Águas Abertas a entrega de troféus para os cinco primeiros atletas na prova geral (masculino e feminino), medalhas de ouro, prata e bronze para os três primeiros de cada categoria e medalhas de participação para todos os atletas, além da entrega do material promocional. Na natação, serão premiados os três primeiros colocados de cada prova nas suas categorias e os troféus serão distribuídos para os melhores clubes.

Todos os materiais e serviços estarão com a logo do Governo do Estado da Bahia e da SUDESB, com logomarcas da FBDA, Governo do Estado da Bahia e da SUDESB.

Além disso, a OSC deverá divulgar as logomarcas do Governo do Estado da Bahia e da SUDESB na comunicação visual dos eventos (banners, back drop, placas), nas camisas oficiais do evento, nos vídeos promocionais e nos template de assinatura nas fotografias oficiais, nas postagens em redes Sociais, nos troféus e medalhas, nos releases jornalísticos sobre as competições e fazer citações na locução oficial do evento.

A liberação do recurso será liberada em duas parcelas e a OSC terá 90 (noventa) dias após a execução do evento para apresentar a prestação de contas.

G. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

Os eventos do Circuito Baiano de Esportes Aquáticos 2023 serão realizados com o seguinte cronograma de execução:

Norte/Nordeste de Polo Aquático.

Local: Nova Piscina Olímpica da Bahia.

Data: 25 a 28 de maio 2023.

Congresso técnico online - 24 de maio de 2023 19h00min.

Clinica sobre arbitragem - 24 de maio de 2023 20h00min.

Jogos 25 a 28 de maio e 2023 – manhã (08h00min às 11h45min), tarde (16h30min às 20h15min).

Cerimonial de abertura - 25 de maio de 2023 às 10h30min.

Cerimonial de encerramento - 28 de maio às 12h30min.

O Campeonato Brasileiro Interclubes Júnior e Sênior de Inverno - Troféu Dr. Tancredo Neves

Local: Nova Piscina Olímpica da Bahia Data: de 4 a 8 de julho de 2023.

Horário – manhã (08h00min às 11h45min) tarde (15h30min às 18h00min).

Cronograma de provas:

04 de julho de 2023 - 200 Borboleta Fem, 200 Borboleta Masc, 100 Peito Fem, 100 Peito Masc, 400 Livre Fem e 1.500 Livre Masc;

05 de julho de 2023 - 400 medley Fem, 400 medley Masc, 100 Costas Fem, 100 Costas Masc, 200 Livre Fem, 200 Livre Masc e 4x100 MD Misto;

06 de julho de 2023 - 100 Borboleta Fem, 100 Borboleta Masc, 200 Peito Fem, 200 Peito Masc, 800 Livre Fem, 800 Livre Masc, 4x100 Livre Fem e 4x100 Livre Masc;

07 de julho de 2023 - 200 Costas Fem, 200 Costas Masc, 100 Livre Fem, 100 Livre Masc, 200 Medley Fem, 200 Medley Masc, 4x200 Livre Fem e 4x200 Livre Masc;

08 de julho de 2023 - 50 Livre Fem, 50 Livre Masc, 1.500 Livre Fem, 400 Livre Masc, 4x100 MD Fem e 4x100 MD Masc.

Troféu FBDA

Local: Nova Piscina Olímpica da Bahia.

Data: 12 de agosto de 2023

Horário – manhã (08h00min às 11h45min) tarde (15h30min às 18h00min).

Cronograma de provas:

200 Borboleta Fem, 200 Borboleta Masc, 100 Peito Fem, 100 Peito Masc, 400 Livre

Fem, 1.500 Livre Masc, 400 medley Fem, 400 medley Masc, 100 Costas Fem, 100

Costas Masc, 200 Livre Fem, 200 Livre Masc, 100 Borboleta Fem, 100 Borboleta

Masc, 200 Peito Fem, 200 Peito Masc, 800 Livre Fem, 800 Livre Masc, 200 Costas

Fem, 200 Costas Masc, 100 Livre Fem, 100 Livre Masc, 200 Medley Fem, 200 Medley Masc, 50 Livre Fem, 50 Livre Masc 1.500, Livre Fem e 400 Livre Masc.

Circuito Open de Polo Aquático

Local: Morro de São Paulo, Bahia, Brasil.

Data: 20, 21 e 22 de outubro de 2023

Horário – manhã (08h00min às 11h45min) tarde (15h30min às 17h30min)

Serão realizados 24 jogos em esquema de jogos classificatórios, semifinal e final.

Finais Maratonas Aquáticas/Águas Abertas – INEMA

Data: 10 e 12 de novembro de 202

Local: Praia de INEMA em São Tomé de Paripe - Salvador/BA.

Cronograma de provas:

10 de novembro de 2023

17ª Etapa - 10ª Copa Brasil - 1,5 Km - Prova Ouro 8ª Etapa - 28º CBI - 10 Km - Prova Ouro
 2ª Copa Bahia Internacional - 10 Km
 17ª Etapa - 2ª T Marcelinha Cunha - 500m Petiz

12 de novembro de 2023

17ª Etapa - 10ª Copa Brasil - 2,5 Km - Prova Ouro 8ª Etapa - 28º CBI - 5 Km - Prova Ouro
 2ª Copa Bahia Internacional - 5 Km
 17ª Etapa - 2ª T Marcelinha Cunha - 250m Petiz
 17ª Etapa - 2ª T Marcelinha Cunha - 250m Mini A Mirim

Troféu Walter Júnior (dias 1º e 02 de dezembro na Nova Piscina Olímpica da Bahia).

1º de dezembro de 2023**Manhã**

200 Med Fem Pet200 Med Mas Pet1500 Liv Fem Inf a Sen1500 Liv Mas Inf a Sen100 Bor Fem Pet100 Bor Mas Pet200 Pei Fem Inf a Sen200 Pei Mas Inf a Sen200 Cos Fem Inf a Sen200 Cos Mas Inf a Sen200 Bor Fem Inf a Sen200 Bor Mas Inf a Sen100 Liv Fem Inf a Sen100 Liv Mas Inf a Sen4x50 Med Fem Abs4x50 Med Mas Abs

Tarde

50 Liv Fem, 50 Liv Mas Mm, 50 Liv Fem Pm, 50 Liv Mas Pm, 400 Liv Fem Inf a Sem, 400 Liv Mas Inf a Sem, 200 Liv Fem Mir, 200 Liv Mas Mir, 100 Pei Fem Pet, 100 Pei Mas Pet, 200 Med Fem Inf a Sem, 200 Med Mas Inf a Sem, 50 Pei Fem Inf a Sem, 50 Pei Mas Inf a Sem, 50 Bor Fem Mm, 50 Bor Mas Mm, 50 Bor Fem Pm, 50 Bor Mas Pm, 50 Bor Fem Mir, 50 Bor Mas Mir, 50 Bor Fem Inf a Sem, 50 Bor Mas Inf a Sem, 400 Liv Fem Pet, 400 Liv Mas Pet, 4x50 Liv Mis Mir, 4x50 Liv Mis Abs e 4x50 Liv Mis Pet

02 de dezembro de 2023**Manhã**

400 Med Fem Inf a Sen, 400 Med Mas Inf a Sem, 100 Liv Fem Pet, 100 Liv Mas Pet, 50 Liv Fem Inf a Sem, 50 Liv Mas Inf a Sem, 100 Liv Fem Mir, 100 Liv Mas Mir, 100 Pei Fem Inf a Sem, 100 Pei Mas Inf a Sem, 100 Bor Fem Inf a Sem, 100 Bor Mas Inf a Sem, 50 Cos Fem Mir, 50 Cos Mas Mir, 50 Cos Fem Inf a Sem, 50 Cos Mas Inf a Sem

800 Liv Fem Pet, 800 Liv Mas Pet, 800 Liv Fem Inf a Sen, 800 Liv Mas Inf a Sem, 4x50 Liv Fem Inf a Sem, 4x50 Liv Mas Inf a Sem.

Tarde

50 Cos Fem Mm, 50 Cos Mas Mm, 50 Cos Fem Pm, 50 Cos Mas Pm, 50 Liv Fem Mir, 50 Liv Mas Mir, 50 Liv Fem Pet, 50 Liv Mas Pet, 200 Liv Fem Inf A Sem, 200 Liv Mas Inf A Sem, 50 Pei Fem Mm, 50 Pei Mas Mm, 50 Pei Fem Pm, 50 Pei Mas Pm, 50 Pei Fem Mir, 50 Pei Mas Mir, 100 Cos Fem Pet, 100 Cos Mas Pet, 100 Cos Fem Inf A Sem, 100 Cos Mas Inf A Sem, 4x50 Med Mis Mir, 4x50 Med Mis Pet, 4x50 Med Mis Abs

H. PARÂMETROS PARA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

Alcance das Metas:

Maior ou igual a 80% - Meta Cumprida

Entre 60% a 79%- Meta cumprida parcialmente Menor ou igual a 59% - Meta Descumprida

Alcance da Meta:

Igual a 100% - Meta Cumprida

Menor que 100% - Meta Descumprida

I. PARÂMETROS PARA GLOSA

Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente, de acordo com os parâmetros abaixo:

AÇÃO CUMPRIDA - NÃO GLOSA

AÇÃO CUMPRIDA PARCIALMENTE – GLOSA O VALOR EQUIVALENTE AO ITEM DA META NÃO CUMPRIDA.

AÇÃO DESCUMPRIDA - GLOSA 100% DO ITEM CUSTEADO

J. PERÍODO DE EXECUÇÃO, VIGÊNCIA E PRESTAÇÃO DE CONTAS

Período de Execução: 20/05/2023 à 31/12/2023

Vigência: 300 (trezentos) dias

Prestação de Contas: 90 (noventa) dias após o término da vigência.

K. PREVISÃO DE RECEITAS E DE DESPESAS**PREVISAO DE RECEITAS E DESPESAS**

1.	Receitas	Mês 5	Mês 7	Mês 8	Mês 10	Mês 11	Mês 12	TOTAL
1.1	Recursos Recebidos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2	Rendimentos Financeiros		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Total Geral de Receitas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.	Despesas	Mês 5	Mês 7	Mês 8	Mês 10	Mês 11	Mês 12	TOTAL
2.1	Despesas com Recursos Humanos							
2.1.1	Remuneração da equipe							
2.1.1	Salários							34.565,0
.1		7.680,00	9.325,00	2.745,00	6.035,00	4.390,00	4.390,00	0

TESTEIRAS ARQ MOVEL									
- serviço de produção de aro de madeira com lona front impressa em 100% policromia digital em alta resolução , fixada em toldos Existentes.									
FORMATO : 5 X 0,50,									
2.2.1	FRENTE (20), LATERAL	24	250,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
.8	(6)				0			0,00	0
2.2.1	Bandeirolas para piscina	15		0,00	3.750,00	0,00	0,00	0,00	3.750,00
.9		0	25,00		0			0,00	0
2.2.1	Produção de lona outdoor 9X3	12		1.150,00	1.725,00	1.150,00	575,00	1.150,00	6.900,00
.10			575,00		0	0		0	0
2.2.1	Camisa 100% poliéster, gola careca, impressão sublimação total F/V (atletas participantes, seleção baiana e comissão técnica)	15		45.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	45.000,00
.11		00	30,00	0				0,00	00
2.2.2 SERVIÇO DE DIVULGAÇÃO									
2.2.2	Criação da identidade visual dos eventos do projeto	1	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
.1			0	0				0,00	00
2.2.2	Divulgação via patrocínio de Podcast	6			1.500,00	1.500,00	1.500,00		9.000,00
.2			1.500,00	1.500,00	0	0	0	1.500,00	0
2.2.2	Veiculação de outdoor 9x3 (02 em maio, 03 em julho, 02 em agosto, 01 em outubro, 02 em novembro e 02 em dezembro)	12			9.000,00	6.000,00	3.000,00	6.000,00	36.000,00
.3			3.000,00	6.000,00	0	0	0	6.000,00	00
2.2.3 ESTRUTURA									
2.2.3	Locação de sonorização profissional (diária)	5	2.700,00		13.500,00				13.500,00
.1			0	0,00	00	0,00	0,00	0,00	00
2.2.3	Locação de sonorização (diária)	12	1.400,00	5.600,00	0,00	1.400,00	4.200,00	2.800,00	16.800,00
.2			0	0	0,00	0	0	2.800,00	0
2.2.3	Locação de Boxtruss de alumínio, k25 Back Drop	17	1.300,00	5.200,00	6.500,00	1.300,00	3.900,00	2.600,00	22.100,00
.3			0	0	0	0	0	2.600,00	0
2.2.3	Locação de Telão LED 3x2 para transmissão ao vivo do evento	14	4.700,00	18.800,00	23.500,00	4.700,00		9.400,00	65.800,00
.4			0	00	00	0	0,00	9.400,00	0
2.2.3	Praticáveis para arquibancada móvel (30cm, 60cm e 90cm)	42	240,00	0,00	10.080,00	0,00	0,00	0,00	10.080,00
.5					00	0,00	0,00	0,00	00
2.2.3	Aluguel de Toldo 5x5m (10 p/arquibancada e área vip)	14	1.100,00	0,00	11.000,00	0,00	0,00	4.400,00	15.400,00
.6			0		00			0,00	00
2.2.3	Aluguel de Toldo 4x4m (10 p/árbitros)	10	900,00	0,00	9.000,00	0,00	0,00	0,00	9.000,00
.7					0			0,00	0
2.2.3	Locação de grades disciplinadoras (diária)	13		0,00	6.375,00	0,00	0,00	5.100,00	11.475,00
.8		5	85,00		0			0,00	00
2.2.3	GERADOR 2,5 - 5 Kva (diária)	2	450,00	0,00	0,00	0,00	0,00	900,00	900,00
.9									
2.2.3	GERADOR 120 Kva (diária)	5	2.800,00	14.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14.000,00
.10			0	0	0,00	0,00	0,00	0,00	00
2.2.3	Iluminação Cênica	1	6.000,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
.11			0		0			0,00	0
2.2.4 PASSAGENS AÉREAS E HOSPEDAGEM									
2.2.4	Hospedagem alimentação para árbitros e comissão técnica (diárias para quartos duplos ou triplos)	36		1.080,00	4.320,00	0,00	8.640,00	0,00	14.040,00
.1			360,00		0		0	0,00	00
2.2.4	Passagens aérea para comissão técnica e convidados para os eventos	4	1.500,00	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	6.000,00
.2					0,00	0,00	0	0,00	0
2.2.5 SERVIÇOS DE PRIMEIROS SOCORROS									

2.2.5	Contratação de serviço de ambulância com suporte							4.000,0	16.000,
.1	básico	8	2000	8000	0,00	0,00	0,00	4.000,00	0 00
2.2.5	Contratação de serviço de ambulância com suporte				15.000,	3.000,0			24.000,
.2	avançado	8	3000	0,00	00	0	0,00	6.000,00	0,00 00
2.2.6 PREMIAÇÃO									
2.2.6	troféu grande 30cm - Acab. em metal fundido.	22				2.640,0	1.080,0		2.640,0 27.120,
.1		6	120,00	1.440,0	0,00	0	0	19.320,00	0 00
				0					
2.2.6	Troféu Médio 20 cm - - Acab. em metal fundido	12							11.340,
.2		6	90,00	0,00	0,00	0,00	540,00	10.800,00	0,00 00
2.2.6	Medalhas de Premiação em Ferro de 6,0 cm de diâmetro, com Fita de cetim de 85cm de comprimento por 2cm de largura, etiqueta em vinil com impressão digital.	18				2.640,0	1.080,0		2.640,0 27.120,
.3		70	14,00	1.890,0	0,00	6.300,0	1.890,0	9.800,00	6.300,0 26.180,
				0		0	0		00
2.2.6	Medalhas Participação com 5 cm de diâmetro em Metal fundido com fita personalizada	19				8.505,0	0,00		8.505,0 22.005,
.4		56	11,25	0,00	0,00	0	0,00	13.500,00	0,00 00
	Subtotal (Custos Diretos)	25		139.560,	149.550	39.395,	43.525,	106.470,0	45.790,
		9		00	,00	00	00	0	00
									524.290
									,00
2.3 Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes									
2.3.1	(Especificar)	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0							
2.3.2	(Especificar)	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0							
2.3.3	(Especificar)	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0							
	Subtotal (Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes)								
2.4 Custos Indiretos				0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
				0					
2.4.1	Internet			0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
				0					
2.4.2	Transporte			0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
				0					
2.4.3	Aluguel			0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
				0					
2.4.4	Telefone			0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
				0					
2.4.5	Água			0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
				0					
2.4.6	Luz			0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
				0					
2.4.7	Serviços contábeis			0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
				0					
2.4.8	Assessoria jurídica			0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
				0					
2.4.9	Outros (especificar)			0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
				0					
	Subtotal (Custos Indiretos)								
	Total Geral de Despesas			148.776,	160.740	42.689,	50.767,	111.738,0	51.058,
				00	,00	00	00	0	00
									565.768
									,00

L. EQUIPE DE TRABALHO

Nº.	Cargo	Qtde Trabalhad ores (Q)	Forma de Vínculo	Qtde de Etapas que irão atuar	Carga Horária Por diária	REMUNERAÇÃO - Valor Referência 1 Pessoa		ENCARGOS MENSALIS - Valor Referência 1 Pessoa		BENEFÍCIOS E INSUMOS DE PESSOAL - Valor		Subtotal (A+B+C)	Total Geral [(A+B+C)*Q]
						Remuneração Bruta (Mensal)	Total Remuneração Bruta (A)	INSS A utô no mo 20 %	Total Encargos Mensal (B)	Total de Encargos (B)	Total de B enefícios Trimestral (C)		
1	COORDENADOR GERAL	1	Prestação de Serviço	6	8	1.100,00	6.600,00	1.320,00	1.320,00	1.320,00	0,00	7.920,00	7.920,00
6	ÁRBITROS PARTIDA	1	Prestação de Serviço	7	4	700,00	4.900,00	980,00	980,00	980,00	0,00	5.880,00	5.880,00
8	ÁRBITRO GERAL	1	Prestação de Serviço	10	4	700,00	7.000,00	1.400,00	1.400,00	1.400,00	0,00	8.400,00	8.400,00
9	ÁRBITROS AUXILIARES	3	Prestação de Serviço	17	4	315,00	5.355,00	1.071,00	1.071,00	1.071,00	0,00	6.426,00	19.278,00
TOTAL		6				2.815,00	23.855,00	4.771,00	4.771,00	4.771,00	0,00	28.626,00	41.478,00

OBS.: A entidade deverá recolher do empregado os encargos de INSS 11% e para os Prestadores de Serviço o INSS 11% E ISS 5%, conforme leis vigentes no período, para fins de Prestação de Contas.

M. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Parcelas	Responsável	Mês Previsto	Ano	Valor
1ª Parcela	SUDESB	Maio	2023	R\$ 352.205,00
2ª Parcela	SUDESB	Setembro	2023	R\$ 213.563,00
TOTAL GLOBAL				R\$ 565.768,00

Este ajuste será liberado em 02 (duas) parcelas. A **primeira** após a publicação do Termo de Fomento no Diário Oficial do Estado, a **segunda** 120 (cento e vinte) dias após o pagamento da primeira com a entrega dos relatórios técnicos e fotográficos equivalentes aos 04 (quatro) meses de atividade, avaliados pela **Coordenação de Excelência Esportiva/CEEP**, e o Parecer que ateste a execução do projeto e a apresentação da prestação de contas da primeira parcela. A entrega dos relatórios de atividades equivalentes aos 03 (três) últimos meses, deverá ser efetuada antes do término da vigência deste.

Salvador/BA, de _____ de 2023.

DIEGO ROCHA DIAS DE ALBUQUERQUE
Presidente Federação Baiana de Desportos Aquáticos - FBDA

SINVAL VIEIRA
Gestor da Parceria

VICENTE JOSÉ DE LIMA NETO
Diretor Geral Superintendência dos Desportos do Estado da Bahia – SUDESB



Documento assinado eletronicamente por **Zuleik Carvalho Oliveira, Procurador Chefe**, em 23/05/2023, às 17:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **DIEGO ROCHA DIAS DE ALBUQUERQUE, Representante Legal da Empresa**, em 23/05/2023, às 17:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vicente José de Lima Neto**, **Diretor Geral**, em 24/05/2023, às 15:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sinval Vieira da Silva Filho**, **Coordenador**, em 24/05/2023, às 16:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **00067678870** e o código CRC **8AA8353F**.